



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III - GUARABIRA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

VITÓRIA DINIZ DE SOUZA

**MEGERAS, AGRESSIVAS E REVOLTADAS:
Uma análise dos discursos antifeministas na imprensa paraibana nos anos 1920**

**GUARABIRA
2017**

VITÓRIA DINIZ DE SOUZA

MEGERAS, AGRESSIVAS E REVOLTADAS:

Uma análise dos discursos antifeministas na imprensa paraibana nos anos 1920

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual da Paraíba – Campus III, em cumprimento aos requisitos para a obtenção do título de Licenciada em História.

Orientadora: Dr^a Alômia Abrantes da Silva.

**GUARABIRA
2017**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do Trabalho de Conclusão de Curso.

S586m Souza, Vitoria Diniz de.
Megeiras, agressivas e revoltadas [manuscrito] : uma análise dos discursos antifeministas na imprensa paraibana nos anos 1920 / Vitoria Diniz de Souza. - 2017
33 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2017.

"Orientação : Prof. Dr. Alômia Abrantes da Silva, Departamento de História - CH."

1. Mulheres. 2. Feminismo. 3. Imprensa. 4. Violência Simbólica.

21. ed. CDD 305.4

VITÓRIA DINIZ DE SOUZA

MEGERAS, AGRESSIVAS E REVOLTADAS:

Uma análise dos discursos antifeministas na imprensa paraibana nos anos 1920

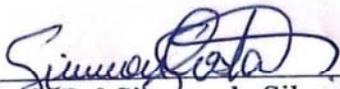
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura em
História da Universidade Estadual da Paraíba –
Campus III, em cumprimento aos requisitos
para a obtenção do título de Licenciada em
História.

Aprovada em: 14 / 11 / 2017.

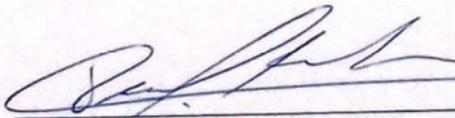
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Alômia Abrantes da Silva (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.^a Dr.^a Simone da Silva Costa
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.^a Dr.^a Susel Oliveira da Rosa
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

À professora Dr^a Alômia Abrantes da Silva por ter acreditado em mim, pela orientação e por ter me convidado a participar do PIBIC, que me inspirou para a elaboração desse trabalho.

Ao professor Dr. Carlos Adriano por ter se lembrado de mim e por ter me indicado para participar do PIBIC.

Aos professores do Curso de História da UEPB/Guarabira, que ao longo desses cinco anos contribuíram para a minha formação, por meio das disciplinas e debates, que aguçaram minha curiosidade e me apresentaram outras maneiras de pensar.

À minha mãe Marineide por ter me apoiado durante toda a minha vida, estando sempre presente quando precisei dela e por ter confiado nas minhas escolhas.

À minha irmã Tatiana que sempre acreditou em mim, por ter sempre me incentivado a estudar e me apoiado quando escolhi esse curso.

Aos meus amigos, que apesar de poucos, sempre me acolheram e compartilharam seu tempo comigo.

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade e por compartilharmos essa experiência juntos durante esses anos.

*“Tem gente que diz que a mulher
é subordinada ao homem porque
isso faz parte da nossa cultura.
Mas a cultura está sempre em
transformação.”* Chimamanda Ngozi Adichie

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	06
2	A “PRIMEIRA ONDA FEMINISTA” NO BRASIL.....	12
2.1	Feminismo na Paraíba (entre discursos e práticas):	15
3	COMO OS DISCURSOS ANTIFEMINISTAS APARECIAM?	19
3.1	O “ridículo” como arma antifeminista:	19
3.2	Pela “ordem natural dos seres” e suas justificativas:	22
3.3	O feminismo: uma ameaça á feminilidade:	24
3.4	Eudésia Vieira e a defesa dos “deveres inerentes ao seu sexo”:	27
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
	REFERÊNCIAS	32

MEGERAS, AGRESSIVAS E REVOLTADAS:

Uma análise dos discursos antifeministas na imprensa paraibana nos anos 1920

Vitória Diniz de Souza¹

RESUMO

Ao longo da trajetória do feminismo diferentes estereótipos foram construídos sobre o movimento e suas militantes, baseados em representações pejorativas que participaram da elaboração de estigmas acerca dessas mulheres e seus ideais. No início do século XX no Brasil, encontramos um movimento feminista ainda incipiente, que aparecia comumente em defesa do voto, do trabalho fora do lar e de uma educação igualitária. Enquanto essas mulheres lutavam por direitos, diferentes discursos foram construídos sobre elas na tentativa de desqualificá-las. Por isso, procuramos fazer uma análise sobre como esses discursos assumem significados, tendo como fonte a imprensa escrita, que era o principal meio de comunicação da época, sendo grande difusora de ideias e formadora de opinião. Através de uma leitura da revista literária e noticiosa *Era Nova* (1921-1926), editada na Paraíba, procuramos fazer uma análise dos discursos antifeministas que então se configuravam, percebendo como esses discursos se manifestam enquanto formas de violência simbólica. Para tanto, procuramos estabelecer um diálogo entre a história das mulheres e a perspectiva de gênero como construto histórico, enveredando por caminhos inspirados pela história cultural.

Palavras-Chave: Mulheres. Feminismo. Imprensa. Violência Simbólica.

1 INTRODUÇÃO:

Quando as mulheres aparecem no espaço público, os observadores ficam desconcertados; elas as veem em massa ou em grupo, o que, aliás, corresponde quase sempre a seu modo de intervenção coletiva: manifestam-se na qualidade de mães, de donas-de-casa, de guardiãs dos viveres etc. Usam estereótipos para designá-las e qualifica-las. Os comissários da polícia falam de “megeras” ou de “viragos” (mulheres de aspectos e atitudes masculinizadas) para designar as manifestantes, quase sempre taxadas de “histéricas” caso soltem o menor grito. (PERROT, 2007, p. 21).

Esse trecho do livro *Minha História das Mulheres*, da historiadora francesa Michelle Perrot, ilustra bem o ambiente quando as mulheres aparecem se organizando coletivamente em busca por direitos, primeiramente elas causam um estranhamento, sendo vistas com receio por seus observadores, porém, na maioria das vezes, são tratadas como ameaça. Seus opositores são muitos e logo procuram desqualificá-las. As imagens de “megera”, “virago”, “solteirona”, “amargurada” aparecem frequentemente associadas às feministas, sendo

¹ Aluna de Graduação em Licenciatura em História na Universidade Estadual da Paraíba – Campus III.
Email: vitoriaddesouza@gmail.com.

acusadas de “histéricas” e “exageradas” quando protestam contra as condições de violência que vivem.

Pesquisar sobre o feminismo é sempre um desafio, sua trajetória é marcada por descontinuidades, tendo o seu aparecimento e reaparecimento assumido novos significados de acordo com a época em que se manifesta. O meu interesse pelo assunto surgiu durante a graduação, quando participei do projeto de Iniciação Científica², cujo objetivo era analisar os discursos sobre o feminismo que circulavam na imprensa paraibana do início do século XX, como era representado, quem eram as mulheres e homens que escreviam a respeito e quais eram suas reivindicações.

A escolha em analisar os discursos antifeministas na imprensa surgiu durante a pesquisa, ao perceber a quantidade de textos encontrados que declaradamente se manifestavam contra as reivindicações do feminismo. Enquanto essas mulheres estavam em busca de direitos, apareciam homens e também mulheres, se opondo a esses ideais, sendo que, através de seus textos, percebemos que as imagens dessas militantes estavam associadas a representações pejorativas, tendo seus autores, abusado do uso de estereótipos para desqualificar tais mulheres. Isto me fez questionar a emergência desses discursos, quem os manifestava? Qual era a visão que expressavam sobre o feminismo? Quais as justificativas que utilizavam para protestarem a esses ideais? Refletindo sobre o papel assumido por esses discursos em fazer desacreditar o movimento feminista e suas militantes. A perspectiva que procuro abordar sobre esses discursos é a da historiadora Rachel Soihet (2005; 2013) – ao retomar os estudos do sociólogo Pierre Bourdieu³ e do historiador Roger Chartier⁴ – percebendo-os como manifestações da violência simbólica, formas de violência sutis, engenhosas, que, igualmente à violência física, contribui para a manutenção das desigualdades.

A escolha da revista *Era Nova*⁵ como objeto de análise, surgiu durante o PIBIC, por ter sido nossa principal fonte, e pelo fato de que, em sua época, foi um dos mais atuantes

²“*Que elas querem?*”: *Discursos sobre o Feminismo na Paraíba do início do século XX (1910-20)*. Programa de Iniciação Científica, Cota: 2016/2017, UEPB/CNPq. Coordenadora: Dr.^a Alômia Abrantes da Silva.

³BOURDIEU, Pierre. *A Dominação masculina*. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

⁴CHARTIER, Roger. *Diálogos entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica)*. Cadernos Pagú (4). Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1995.

⁵Fundada por Severino Lucena, a revista surgiu na cidade de Bananeiras em 1921, no entanto com pouco tempo passou a ser editada na Parahyba do Norte. Sua circulação permaneceu, segundo alguns autores, até 1926. Sendo publicada quinzenalmente, tinha a contribuição de intelectuais e escritores paraibanos e de outras regiões. Uma de suas marcas é o uso da fotografia para ilustrar suas páginas, o que era novidade na época, sendo elas retratos de pessoas, principalmente mulheres, da elite paraibana. E ainda se destaca por atrair o público feminino e por ter uma participação mais intensa em seus textos de autoras mulheres. (ABRANTES, 2010, p. 93). Tivemos acesso aos seus exemplares através do acervo de periódicos online da UFPB, que possui exemplares até o ano de 1925.

periódicos em pautar questões do feminino e, em torno dessas, falar mais direta ou indiretamente sobre o feminismo e seus ideais de emancipação das mulheres. Ela circulou na Paraíba na década de 1920, sendo uma revista literária e noticiosa, publicando crônicas, poemas, artigos de opinião sobre diversos temas e novidades do momento. Tendo como colaboradores intelectuais renomados da época, sendo destaque a utilização de fotografias pelo periódico, como nas páginas em meio aos artigos, e em suas capas, que apareciam moças “de boa família” da elite paraibana.

Á respeito da imprensa enquanto fonte histórica, a historiadora Tania Regina de Luca (2015) destaca que ela está em lugar de suspeição, sendo elaborada por um grupo de pessoas em torno de um objetivo comum, relevando intenções e valores, sendo necessário estar atento em como esses discursos são construídos e adquirem significados. Sendo que os temas, a linguagem e a natureza do conteúdo não se dissociam do público que se pretende atingir, presente desde a sua elaboração até a sua materialidade. Sobre a revista em particular, a historiadora Ana Luiza Martins (2003) destaca as imensas possibilidades de análise do gênero “revista” como fonte, sendo esta modalidade de publicação periódica um suporte rico e diversificado de documentos, síntese privilegiada de instantâneos reveladores de processos históricos, representação material de práticas de consumo, usos e costumes. Lembrando que o gênero possui suas próprias características que se diferencia do gênero “jornal”, este que procura noticiar os fatos e tem sua publicação diária, enquanto a revista tem um tempo maior entre publicações se diferenciando na seleção dos conteúdos e na sua materialidade.

Levando em consideração a bibliografia acerca do tema, em relação às mulheres na imprensa paraibana nesse período tomamos como base os estudos da historiadora Alômia Abrantes da Silva (2000; 2010) que em sua dissertação de mestrado, *As escritas femininas e os femininos inscritos: imagens de mulheres na imprensa paraibana dos anos 20*, faz uma análise sobre a construção de imagens femininas que ganharam visibilidade na década de vinte na Paraíba e como essas mulheres buscavam se inserir nesse ambiente que era majoritariamente masculino. Em relação às primeiras expressões feministas na Paraíba, suas defensoras, e suas ideias sobre o feminismo nesse período, temos o trabalho da historiadora Simone da Silva Costa (2015) em sua tese de doutoramento *Feminismo e Igreja Católica: uma análise sobre a elaboração e práticas discursivas na Paraíba (1910-40)*, na qual ela faz uma análise sobre o papel da Igreja Católica, suas práticas e representações, no combate ao movimento feminista e na construção de uma identidade feminina “adequada” aos padrões morais católicos.

Em meio às lutas feministas, oponentes se manifestaram de forma acirrada e o antifeminismo foi uma constante, buscando barrar essas transformações. Era muito comum aparecerem através da imprensa em tons de zombaria, justificando a inferioridade feminina em função das razões biológicas, usando as diferenças sexuais como parâmetro. Esses discursos foram ao longo do século XIX se consolidando, a partir dos valores burgueses que eram legitimados por diferentes instituições. Rachel Soihet (2013), em seu texto *Cem anos de violência simbólica. Saberes masculinos e representações femininas (1850-1950)*, discute sobre como as instituições de dominação masculina ao longo desses cem anos, como a Igreja, as ciências, a educação, a medicina, a literatura, o Estado, tiveram um papel fundamental em definir os espaços que seriam permitidos para as mulheres, muito se falava sobre as mulheres, de como deveriam se comportar, falar, pensar, sentir, desejar, na tentativa de impor controle sobre suas subjetividades. A autora define esses saberes e representações como manifestações da violência simbólica, conceito que ela propõe enquanto:

A violência, porém, não se resume a atos de agressão física, decorrendo igualmente, de uma normatização na cultura, da discriminação e da submissão feminina. As teorias construídas e instauradas por homens – estabelecendo um duplo discurso do homem sobre o homem e do homem sobre a mulher – restritivas da liberdade e da autonomia feminina que convertem uma relação de diferença em uma hierarquia de desigualdade, configuram uma forma de violência e nesse caso insere-se, igualmente, a violência simbólica. (SOIHET, 2005, p. 321).

Esses discursos são assumidos enquanto verdades absolutas, e ao serem repetidos, se naturalizam. Rachel Soihet (2013), explicitando tal teoria, afirma que a construção da identidade feminina se teria pautado na interiorização pelas mulheres das normas enunciadas pelos discursos masculinos o que corresponde a uma violência simbólica, que supõe a adesão dos dominados às categorias que embasam sua dominação.

Assim, definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação – que é uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída – é sempre afirmada como uma diferença de ordem natural, radical, irreduzível, universal. (SOIHET, 2013, p. 200).

Por isso, ao longo da pesquisa encontramos mulheres que defendiam esses valores, que tinham uma visão negativa sobre a luta feminista e seus ideais, possuindo opiniões tradicionais sobre os papéis sexuais de homens e mulheres. Por outro lado, a incorporação da dominação não exclui a presença de variações e manipulações por parte dos dominados, o que significa que a aceitação pela maioria das mulheres de determinados cânones, não significa,

apenas, vergarem-se a uma submissão alienante, mas, igualmente, construir um recurso que lhes permita deslocar ou subverter a relação de dominação.

Com a Nova História Cultural, a historiografia tem procurado novas fontes e métodos para produzir história, problematizando os sentidos conferidos ao mundo, que se manifestam em palavras, discursos, imagens, coisas e práticas, presentes nos vestígios que encontramos do passado. Sendo que, o/a historiador/a traça uma narrativa sobre, ao analisar os seus produtos culturais dentro do contexto histórico em que fazem parte, lhes atribuindo uma historicidade, e através deles, reflete sobre como homens e mulheres pensavam e construíam explicações para a realidade, teoria que é discutida por Sandra Pesavento, ao afirmar que:

Não se trata de fazer uma História do Pensamento ou de uma História Intelectual, ou ainda mesmo de pensar uma História da Cultura nos velhos moldes, a estudar as grandes correntes de ideias e seus nomes mais expressivos. Trata-se, antes de tudo, de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo. (PESAVENTO, 2006, p. 15).

Sendo possível, a partir dessas representações e práticas, “reconstruir” fragmentos desse passado, reorganizados no tempo presente pelo historiador de acordo com os seus procedimentos teóricos e metodológicos. Não mais a posse dos documentos ou busca de verdades definitivas. Não mais uma era de certezas normativas, de leis e modelos a regerem o social. “Uma era da dúvida, talvez, da suspeita, por certo, na qual tudo é posto em interrogação, pondo em causa a coerência do mundo. Tudo o que foi, um dia, contado de uma forma, pode a vir ser contada de outra.” (PESAVENTO, 2006, p. 16).

Retomando aqui as palavras do historiador Durval Muniz de Albuquerque Jr. (2007, p. 63), “O acontecimento, o evento em História não é um dado transparente, que se oferece por inteiro, mas uma intriga, um tecido que vai ser retramado e refeito pelo historiador.” Este deve questionar esses acontecimentos e as narrativas cristalizadas que se estabeleceram sobre. Sendo importante desnaturalizar o que é tido como natural e normal, revendo também as tramas que permitiram sua naturalização:

Tarefa do historiador é abrir as palavras que nos chegam do passado, para novos sentidos, para novas convivências com o presente, é se dedicar a encontrar achadouros de outros possíveis passados, escavando a memória já petrificada, desmontando e desmentindo as verdades estabelecidas sobre os fatos e feitos (ALBUQUERQUE Jr., 2007, p.92).

Uma historiografia que visibilize as mulheres e sua trajetória é uma realidade hoje. Elas que permaneceram ignoradas nas narrativas históricas tradicionais, uma História que por muito tempo era de caráter político, área dominada por homens, dificilmente encontraria vozes femininas. Felizmente, esse cenário vem mudando, sendo a História das Mulheres um campo popular no meio acadêmico atualmente. No que tange ao feminismo, também se encontra pesquisas e obras publicadas sobre, no entanto, ainda há muito desconhecimento, como acerca de suas práticas há mais de um século atrás, principalmente, nas regiões periféricas do país. A dominação masculina não aconteceu de forma linear, sabemos que houve formas de resistência, mas os vestígios são escassos, principalmente sobre as práticas cotidianas. Portanto, consideramos a importância de se pesquisar sobre a manifestação das mulheres contra as formas de dominação e sua organização política, levando em consideração o movimento contrário que surge quando elas buscam mudanças. Sendo o feminismo ao longo da sua trajetória alvo de preconceitos e representações pejorativas que, desse modo, contribuíram para barrar suas conquistas. Compreendendo que quando falamos de mulheres, é preciso ter em mente a sua diversidade étnica, racial, regional e social, priorizando suas diferentes experiências.

A propósito, é importante percebermos que ao longo do tempo foram estabelecidos espaços sociais diferenciados para homens e mulheres, por isso o conceito de gênero é fundamental para compreendermos o caráter cultural dessas distinções, entre ideias sobre o feminino e o masculino. Tendo as discriminações de gênero assumido diferentes formas, variando com o momento histórico e o lugar, sendo historicamente justificada mediante a atribuição de qualidades e traços de temperamento diferentes a homens e mulheres, que são utilizados para delimitar seus espaços de atuação. Dessa maneira, a categoria gênero nos fornece uma gama de possíveis análises sobre as diferentes experiências dos sujeitos, que variam de acordo com as classificações sobre o que é feminino e o que é masculino, a antropóloga Adriana Piscitelli, propõe que:

[...] o conceito de gênero requer pensar não apenas nas distinções entre homens e mulheres, entre masculino e feminino, mas em como as *construções de masculinidade e feminilidade* são criadas na articulação com outras diferenças, de raça, classe social, nacionalidade, idade; e como essas noções se embaralham e misturam no corpo de todas as pessoas, inclusive aquelas que, como intersexos, travestis, transexuais, não se deixam classificar de maneira linear como apenas homens ou mulheres. (PISCITELLI, 2009, p. 146). (grifos da autora)

O lugar do discurso é fundamental para compreendermos como essas diferenças foram estabelecidas e naturalizadas, sendo ele um espaço em que saber e poder se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente, que passa por verdadeiro, que veicula saber e, é gerador de poder. A produção desses discursos é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certos procedimentos que têm por função eliminar toda e qualquer ameaça à permanência desse poder. Através da análise do discurso e sua historicidade, pensamos que:

A linguagem enquanto discurso não constitui um universo de signos que serve apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento; a linguagem enquanto discurso é interação, e um modo de produção social; ela não é neutra, inocente, nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia. (BRANDÃO, 2004, p.11)

A definição de ideologia que assumimos parte de uma noção mais ampla, sendo como uma visão, uma concepção de mundo de uma determinada comunidade social numa determinada circunstância histórica. Defendendo que não há *um* discurso ideológico, mas *todos* os discursos o são. (BRANDÃO, 2004). Ou seja, os discursos enunciam valores morais de quem o produz, a partir do contexto social em que faz parte.

À vista disso, ao tratar a noção de discurso presente na imprensa, temos um lugar privilegiado para se analisar as imagens atribuídas ao feminino e ao feminismo, percebendo essa imprensa enquanto instituidora de normas e influenciadora no comportamento dos seus leitores. Uma vez que nela se encontra presente conflitos sociais, sendo uma ferramenta importante na construção dos preconceitos e estereótipos atrelados ao feminismo, e dessa maneira, atuando para evitar que as mulheres se identificassem e participassem do movimento. Por isso, procuramos discutir sobre as principais características presentes nesses discursos e suas justificativas para se posicionarem contra o feminismo.

2 A “PRIMEIRA ONDA FEMINISTA” NO BRASIL:

Ao longo do século XIX mulheres reivindicaram direitos no Brasil, nesse período suas pautas, na maioria das vezes, apareciam através da literatura⁶, em torno da figura de mulheres

⁶ Uma das mulheres que se manifestou nesse período em torno das questões da “emancipação feminina” foi a escritora, educadora, abolicionista e republicana Nísia Floresta (1810-1885), nascida no Rio Grande do Norte, transpôs fronteiras ao utilizar a literatura para manifestar-se a favor dos direitos das mulheres, considerada a primeira feminista no Brasil, foi responsável por traduzir a obra *Reivindicações dos direitos da mulher* da inglesa Mary Wollstonecraft em 1833 (GONÇALVES, 2006).

que tinham acesso à escrita, geralmente exigindo o direito a uma educação de qualidade e uma emancipação intelectual. Porém, é no início do século XX que elas começam a se organizar, aparecem exigindo o direito ao voto, à cidadania, a educação, ao trabalho e a autonomia. A ideia de “emancipação da mulher” viria conquistar adeptas em diferentes seguimentos da sociedade.

Com a industrialização ocorreram mudanças no comportamento das famílias relacionadas ao consumo, o trabalho que já era comum no cotidiano das mulheres pobres, começa a fazer parte da vida das mulheres pertencentes às classes médias urbanas, pois elas passam a ser fundamentais na contribuição financeira de suas famílias. Em decorrência disso, em diversos setores sobrevieram reivindicações de aumento das possibilidades de capacitação profissional e da supressão de barreiras impostas ao trabalho feminino remunerado. Aderiram a elas também mulheres da elite, desejosas da realização profissional e autossuficiência econômica. Para que isso acontecesse precisavam ter acesso a uma educação de qualidade, direito ao voto e de elegibilidade, reconhecendo esses como instrumentos importantes para o alcance desses objetivos (SOIHET, 2012).

Uma das marcas desse feminismo que se configurou na primeira metade do século XX foi a luta pelo direito ao voto e representação. Durante a Primeira República, com a constituição de 1891, apesar das reivindicações, as mulheres não tiveram garantia a esses direitos. O projeto foi discutido, mas não foi aprovado. No entanto, devido à ambiguidade da lei que esclarecia que podiam votar os “cidadãos brasileiros”⁷, algumas mulheres tentaram exercer o direito ao voto e a eleição, porém, foram indeferidas, entre elas, Leolinda Daltro⁸, que, não satisfeita, fundou em 1910 o Partido Republicano Feminino, a fim de ressurgir no Congresso o debate sobre o voto feminino. Em 1917, organizou uma passeata com 84 mulheres no Rio de Janeiro, surpreendendo a todos, o que contribuiu para que no mesmo ano o deputado Maurício de Lacerda apresentasse na Câmara um projeto de lei sobre o sufrágio feminino, entretanto o projeto nem chegou a ser discutido (PINTO, 2003; SOIHET, 2012). Essas não foram as únicas tentativas de mulheres reivindicando o direito ao voto nesse período, mas não obtiveram êxito, e esses direitos só viriam a ser conquistados com a Constituição de 1934.

⁷ Esse “esquecimento” não foi coincidência, segundo Celi Regina Pinto (2003), as mulheres nem sequer foram citadas entre os excluídos ao sufrágio na constituição de 1891, naquela época não se acreditava que a mulher tivesse direitos políticos, muito menos votar e ser votada.

⁸ Leolinda Daltro foi professora, em 1909 requereu o alistamento eleitoral, porém foi rejeitada, por isso foi uma das fundadoras do Partido Republicano Feminino em 1910. Tendo sua história fora do comum, criou cinco filhos separada do marido e, a partir de 1895, percorreu o interior do Brasil, passando por Minas Gerais e Goiás, chegando à fronteira do Maranhão, em uma cruzada em defesa dos índios, contra o extermínio e o autoritarismo da catequese. (PINTO, 2003).

É importante lembrar que apesar dos termos “feminismo” e “feminista” serem conhecidos no Brasil, pouco eles eram empregados, em razão da forte carga de preconceito e do pouco conhecimento a respeito (HAHNER, 2003). Nas primeiras décadas do século XX as lutas e práticas em torno das causas e ideário da “emancipação feminina”, estavam relacionadas à questão da participação política, da educação e do trabalho fora do lar. No entanto, havia muita resistência à participação política das mulheres e sua presença nos espaços públicos:

Na verdade, havia na sociedade brasileira em geral, e entre as autoridades e políticos em particular, forte oposição às reivindicações das mulheres. Respalhando tal oposição, a ciência da época considerava as mulheres, por suas supostas fragilidade e menor inteligência, inadequadas para as atividades públicas, afirmando que o lar era o local apropriado à sua inserção social e o cuidado com a família, sua ocupação prioritária. (SOIHET, 2012, p. 219).

Uma das características do movimento nesse período é o seu caráter personalista, suas reivindicações estavam ligadas a personalidades femininas que apareciam reivindicando direitos. De acordo com Celí Regina Pinto (2003, p.14), “algumas dessas manifestações são organizadas, outras são vozes solitárias de mulheres que se rebelam contra as condições em que viviam na época”. A autora afirma ainda, que nesse feminismo de primeira onda é possível identificar três vertentes diferentes no movimento. A primeira delas é liderada por Bertha Lutz⁹, mais organizada, tem como questão central a incorporação da mulher como sujeito portador de direitos políticos. Esse é um movimento que chega a ter alcance nacional, porém possui limites, nunca define a posição da exclusão da mulher, sendo uma luta pela inclusão, no entanto não se apresenta como alteração nas relações de gênero. Por isso, Celí Regina Pinto o denomina como feminismo bem comportado, por não romper com os padrões de gênero. A segunda vertente seria um feminismo difuso, ele se expressava através da imprensa feminista alternativa. Preocupadas ou não com os direitos políticos, essas mulheres têm um campo mais vasto de questões, defendem a educação da mulher e falam em dominação dos homens e no interesse deles em deixar a mulher fora do mundo público, chegando a tocar em questões delicadas para a época como sexualidade e divórcio. A terceira

⁹ Bertha Lutz foi o nome mais expressivo desse feminismo de primeira onda que marca as primeiras décadas do século XX no Brasil. Em 1918 retornou da Europa, onde estudou, sendo a segunda mulher a entrar no serviço público no Brasil. Em 1922 criou a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), sua luta central era o direito ao voto e encontrou eco entre alguns políticos. A luta da FBPF teria alcance nacional, chegando a criar correspondentes em alguns estados brasileiros. Há notícias da criação de correspondentes nos estados de Minas Gerais, Bahia, São Paulo, Ceará, Rio Grande do Norte e na Paraíba (PINTO, 2003). No caso da Paraíba, por exemplo, temos a fundação da Associação Paraibana para o Progresso Feminino (APPF), criada em 1933 (SILVA, 2016).

vertente, a autora define como feminismo mal comportado, liderado por Maria Lacerda de Moura, que estava vinculado ao Movimento Anarquista e, posteriormente, ao partido comunista. Defendia a liberação da mulher de forma “radical”, levantando questões acerca da exploração do trabalho feminino, do amor livre e do controle da natalidade.

É importante observar que a imprensa teve um papel fundamental na difusão dos ideais feministas, tendo algumas mulheres, utilizado esse meio de comunicação para se manifestarem acerca da libertação feminina e do sufrágio. Comumente elas eram intelectuais reconhecidas em seu meio, que tiveram acesso à educação, sendo que, faziam parte das classes médias urbanas e de uma elite política e econômica. Nas regiões mais urbanizadas do Brasil, como São Paulo e Rio de Janeiro, houve a presença de uma imprensa feminista, que apesar de não terem tido uma longa duração e do baixo investimento, foram importantes em promover esses ideais.

2.1 Feminismo na Paraíba (entre discursos e práticas):

No período aqui analisado não há evidências de um movimento feminista organizado na Paraíba, no entanto encontramos manifestações positivas no discurso de mulheres que apareciam timidamente defendendo alguns desses ideais. Por exemplo, Simone Costa (2015), em sua tese de doutoramento, nos apresenta um panorama sobre o feminismo que se manifestou nessas primeiras décadas do século XX na Paraíba. Durante a leitura, encontramos o discurso emblemático da professora e advogada Catharina Moura¹⁰ que em 1913 aceitou o convite do então presidente do Estado da Paraíba, Castro Pinto, para proferir uma conferência no Teatro Santa Rosa sobre os direitos das mulheres no novo contexto político, social e cultural, organizada pela Universidade Popular e prestigiada por políticos, intelectuais e educadores do Estado.

A conferência *Os Direitos da Mulher*, realizada no dia 01 de abril de 1913, foi publicada, na íntegra, em duas partes, pelo jornal *A União*. De acordo com Simone Costa (2015) durante os cinquenta minutos em que teve o domínio da palavra, Catharina Moura usou do poder da oratória para lançar seus argumentos em defesa dos direitos da mulher, principalmente os políticos. Defendeu a emancipação feminina como algo benéfico para a

¹⁰ Catharina de Moura Amsteim, nascida em 1882, na capital paraibana, foi a primeira mulher a ingressar na Faculdade de Direito de Recife depois da Proclamação da República e a primeira paraibana a conquistar um diploma de educação superior. Educada para ter uma profissão e assumir um papel social que lhe garantisse mais que um casamento, Catharina desenvolveu um perfil feminino pouco comum para uma época em que raras eram as mulheres que tinham acesso ao ensino superior e o direito de desenvolver uma atividade profissional entendida como exclusivamente masculina (COSTA, 2015).

sociedade e para o progresso do país, porque não compreendia como um país que visava a modernização, o progresso e a civilização, poderia manter suas mulheres presas a um passado remoto e não permitir que evoluíssem e atuassem na sociedade. Ela considerava injusto que mesmo que a mulher fosse intelectualizada fosse preterida em relação a um homem analfabeto por causa do seu sexo:

Falemos sobre: Direitos da mulher, especificando os direitos políticos, isto é, aqueles dos quaes os homens no Brazil não deu ainda à mulher a mínima parcella, achando que muito pesa na fidelíssima balança da política o voto de um homem, mesmo ignorante, quasi analfabeto, incapaz de avaliar o valor moral e intellectual de um candidato; ao passo que é imponderável o voto de uma representante do outro sexo por mais intelligente, culta e mesmo prudente que todos a reconheçam. [...] Mas como não será assim se as leis são feitas pelos homens, se são os representantes do sexo forte que legislam para si e para nós? (MOURA apud COSTA, 2015, p. 52).

A conquista dos direitos políticos esteve entre as principais pautas defendidas pelo feminismo nessa época, infelizmente, as leis não permitiam que as mulheres tivessem participação política. Nesse trecho, Catharina Moura é incisiva na defesa da participação do sexo feminino nos assuntos políticos, percebendo a injustiça que sofriam ao terem que obedecer às leis que eram criadas por homens e que ignoravam a existência das mulheres, considerando a importância delas legislarem sobre as leis que deveriam obedecer e sobre si mesmas.

Ela defendeu, ainda, a necessidade de uma educação feminina voltada para os temas políticos e sociais, que possibilitasse às mulheres uma competente participação social e que trabalho, educação e política não eram incompatíveis com a vida doméstica do lar. Apesar de deixar claro que não se considerava feminista, ela via de maneira positiva a luta das mulheres por direitos, compreendendo sua conquista como uma condição necessária para o progresso da família e da sociedade, reconhecendo também a necessidade de se investir na educação feminina. Tendo o seu discurso assumindo um papel de vanguarda no que se refere à luta das mulheres por direitos na Paraíba.

Outro exemplo de mulheres que apareceram defendendo seus direitos na Paraíba, temos o caso da professora Analice Caldas¹¹ que teve uma participação efetiva na imprensa durante a década de 1920. Ela aparece defendendo o feminismo em alguns de seus textos, tendo sido um nome recorrente na revista *Era Nova*, possuindo uma coluna permanente no

¹¹ Analice Caldas nasceu em 1891, em Alagoa Nova-PB, formou-se pela Escola Normal e a partir de 1912 tomou-se professora. De uma formação intelectual privilegiada e bem relacionada na sociedade paraibana da época, publicou artigos em diversos jornais e revistas sobre educação, comportamento e sobre os direitos das mulheres. (COSTA, 2015)

periódico, da qual falaremos mais adiante. Ela via o feminismo como uma “necessidade social”, sendo uma “corrente de reconstrução moral” e da “responsabilidade do futuro” (ABRANTES, 2010). Defendia que a mulher era tão capaz quanto qualquer homem para trabalhar nas diversas atividades. Apesar de não afirmar-se enquanto feminista via de maneira otimista o movimento. Conseguiu, através da imprensa, apresentar suas impressões sobre o que seria o papel feminino da época e defender a conquista de direitos. Houve também outras mulheres defendendo uma maior participação social e política da mulher, a maioria aparecia na imprensa, como Lylia Guedes, Olivina Olívia¹² e Albertina Correia Lima, que junto a Analice Caldas, foram responsáveis em fundar em 1933, a Associação Paraibana pelo Progresso Feminino, filiada à Federação Brasileira para o Progresso Feminino, liderada por Bertha Lutz, cujo principal objetivo era elevar a condição feminina na Paraíba.

O contexto em que elas aparecem é marcado por desconfianças ao aparecimento de mulheres atuando no espaço público, tendo elas encontrado muitas dificuldades para se estabelecerem. Durante nossa pesquisa encontramos a maioria de textos escritos por homens que tinham uma visão conservadora sobre essas mulheres e seu papel social vinculado a maternidade e ao lar. Nesse período, a Paraíba vivenciava transformações nos costumes, por isso durante a leitura das edições da revista *Era Nova* percebemos uma crise entre o que era “antigo” e “tradicional” *versus* o “novo” e “moderno”, principalmente no que diz respeito ao comportamento de mulheres e homens. Como, por exemplo, no artigo intitulado *O Poder da Moda*, assinado por Horácio de Almeida. O autor aparece incomodado com as mudanças no comportamento dos jovens:

Moçoilas catitas e espevitadas desafozam-se de corpinhos e sobem os vestidos e descem os decotes para que os piratas galanteadores analisem em seus contornos a perfeição artística de suas joias. Insatisfeitas com a liberdade que gosam, disputam o direito ao voto e com este o direito de representação. O homem vae a pouco e pouco sedendo-lhes o passo, e a mocidade, que o representa, degenera-se nos caprichos ultra-sentimentaes do amor a um almofadismo de gênero duvidoso. Galopeamos nesta marcha para o aniquilamento moral de nossa raça, para a effeminação do character másculo de nossa juventude, para o ignominioso e abominavel hermafroditismo social. E chamam a isto de evolução! (ALMEIDA, Revista *Era Nova*, 01 mai. 1921).

Para Horácio de Almeida os papéis sexuais estavam se invertendo, mulheres estavam ocupando os lugares masculinos, enquanto os homens estavam efeminando-se. Ele denomina

¹² Procurando traçar um trajeto biográfico das mulheres escritoras no estado da Paraíba no início do século XX temos a tese de doutoramento de Ana Maria Coutinho Sales (2005) *Tecendo fios de liberdade: escritoras e professoras da Paraíba do começo do século XX*.

como “hemafroditismo social” a circulação do feminino em lugares que apenas homens circulavam, elas que mudam as vestimentas, começam a mostrar mais o corpo, algo que para ele causa estranhamento. Essa seria uma realidade que viria a se intensificar, as mulheres já não se contentavam em ficar apenas no recôndito familiar, estavam buscando novos espaços.

A Parahyba nesse período passava por um processo de mudanças nos valores e costumes, a “onda modernizadora” do início do século XX, transformava as principais cidades brasileiras como Rio de Janeiro e São Paulo que se inspiravam ao estilo cosmopolita europeu. Em comparação aos principais centros urbanos do país, a Parahyba do Norte¹³ teve um processo lento de modernização, que por ser uma cidade de costumes rurais, tentava se adaptar aos novos costumes “civilizados” da urbanização. A partir da leitura de Araújo e Meneses (2010) percebe-se que o desejo de se “vestir de moderno” ultrapassava as diferenças que, por exemplo, as cidades brasileiras possuíam com relação às metrópoles modernas como Paris e Londres.

O “vestir de moderno” acontecia na mudança dos hábitos que mais parecessem com o de uma cidade cosmopolita ao estilo europeu, como na urbanização, na arquitetura das casas, na higiene, nos valores, na moda, no consumismo e na inserção de novas tecnologias, como a energia elétrica. O processo de modernização no Brasil é marcado por controvérsias quando se compara com a modernidade nas grandes metrópoles europeias, principalmente em relação ao processo de urbanização, mesmo assim esse início de século marca mudanças significativas nas cidades brasileiras.

A imprensa tem um papel fundamental na construção dessa modernidade, ela era então o principal meio de comunicação de longo alcance, através dos jornais, escritos pelos principais intelectuais paraibanos da época, emitindo opiniões sobre as notícias e novidades do momento. Sendo consumida principalmente pela elite, era sinônimo de status e distinção em um país em que a população era majoritariamente analfabeta. Como nos lembra Waldeci Chagas (2010, p.41), “assim, a leitura de jornais edificou-se como hábito dos homens e mulheres modernos, transformando-os em anônimos comentaristas dos fatos e ao mesmo tempo, consumidores dos produtos anunciados nas páginas dos jornais”.

Nesse período não se verifica a existência de uma “imprensa feminina” na Paraíba, pois não se encontra um número significativo de periódicos reservados exclusivamente ao que se considerava interesse feminino, nem que priorizavam esse público. No entanto, por exemplo, na revista *Era Nova*, a feminização começa a ser visível, seja pelas seções e artigos,

¹³ A capital do estado da Paraíba passou por diversas transformações no nome, desde 1930 ela se chama João Pessoa, no entanto no período aqui estudado ela se chamava Parahyba do Norte.

que tratavam dos temas ditos “femininos”, ou pela inserção de textos assinados por mulheres, ou pelas propagandas destinadas ao público feminino, através de anúncios que buscassem seduzi-las com produtos voltados à saúde, moda e cosmética. (ABRANTES, 2010).

Poucas mulheres se aventuravam na escrita, algumas delas se destacavam e tinham suas assinaturas em crônicas e poemas. No primeiro ano de publicação da revista *Era Nova* há um número restrito de textos assinados por mulheres, porém esse número vai aumentando ao longo dos anos, tendo inclusive algumas colunas e seções assinadas por elas. Contudo, poucos espaços eram permitidos para que elas se manifestassem, alguns assuntos eram até então proibidos para elas, como política e ciência, sendo alvo de repreensão àquelas que cruzassem os limites. Assim suas abordagens geralmente aconteciam através de poemas e crônicas cotidianas que tocavam temas relativos às relações entre homens e mulheres.

E quando o assunto é o feminismo o número é ainda menor, dificilmente elas falavam sobre, certamente que havia um receio por parte delas em tocar no assunto, por causa dos estereótipos atribuídos as suas militantes. Para conseguirem reconhecimento elas tinham que convencer aqueles que detinham o poder, desde que não desestruturassem a “ordem natural das coisas” e continuassem sendo o que se esperava do “bello sexo”.

3 COMO APARECIAM OS DISCURSOS ANTIFEMINISTAS?

3.1 O “ridículo” como arma antifeminista:

Uma senhora, fazendo uma prelecção sobre os direitos do sexo feminino, dizia, mostrando a importância da mulher na sociedade:

- Onde estaria o homem se não fosse a mulher?
- No paraizo! Minha senhora, responderam todos.

(Autor Desconhecido, Revista *Era Nova*, 15 setembro 1925).

O trecho acima foi encontrado discretamente entre as propagandas do exemplar número 86 da revista *Era Nova*. Nos últimos anos de publicação começaram a aparecer tirinhas cômicas nas últimas páginas ao lado das propagandas, eram piadas curtas que serviam para divertir o leitor e para que não perdesse de ver os produtos anunciados. No entanto, a presença de piadas que tivessem como alvo rir das mulheres que defendiam os “direitos da mulher” chama a atenção pelo fato de que, com frequência, as reivindicações feministas e suas militantes eram representadas em piadas, charges e caricaturas nos periódicos que circulavam nessa época.

O deboche e a zombaria foram ferramentas importantes utilizadas por aqueles que atacavam as demandas feministas, sendo comum retratarem as militantes e suas reivindicações com doses de ironia e deboche. Por exemplo, nesse trecho, o autor zomba da personagem que “fazendo uma prelecção sobre os direitos do sexo feminino”, faz uma pergunta: “Onde estaria o homem se não fosse a mulher?” e todos os interlocutores respondem: “No Paraizo! Minha Senhora”. O uso do recurso cômico, sem dúvida, traz um sentido de irrelevância às causas feministas, desmerecendo suas demandas. Sendo também que assume outro sentido, pois, ridicularizam não apenas as feministas, mas as mulheres no geral, como se elas não fizessem nada além de perturbarem os homens. O título dessa piada é *Tinham Razão*, que aparece para confirmar a resposta dos interlocutores, ou seja, que tinham razão sobre as mulheres.

Quentin Skinner (2002), em um estudo sobre as conexões entre as concepções filosóficas de Hobbes e a cultura humanista da Renascença, propõe que um dos aspectos da teoria do discurso persuasivo, herdada da cultura retórica da antiga Roma, era a crença de que o riso pode ser usado como uma arma potente em debates legais e políticos. Ele realça que o riso é uma ferramenta importante para causar constrangimento e desmoralizar um adversário. Em seu livro, ao citar Quintiliano em seu *Institutio Oratória*, afirma que podemos ser bem sucedidos ao fazer com que “nossos adversários dialéticos pareçam ridículos, provocando o riso contra ele, esperando assim, arruinar sua causa e persuadir a audiência a tomar partido por nosso lado.” (SKINNER, 2002, pp. 9-10) Portanto, o riso pode ser utilizado para ridicularizar um adversário, seja uma pessoa ou um grupo, e assim, desmoralizar seus argumentos. Nesse caso, o riso foi uma ferramenta utilizada para desmoralizar o movimento feminista, ridicularizando suas militantes e seus ideais.

Em uma crônica intitulada *Avô Bonifácio*, do autor Carlos Dias Fernandes, um dos colaboradores da revista, encontramos outro exemplo de ridicularização dessas mulheres. Ao caracterizar uma das personagens enquanto feminista, ele a representa através de adjetivos caricatos que eram comuns serem associados às militantes:

Quando os jornaes da terra noticiaram os esponsaes, correu um sussurro de despeito entre as meninas casadoiras. Sômente a *agressiva* mille. Barroso, que *no frescor dos seus 42 anos se fizera feminista*, evoluindo renhidamente em *megeira*, ao commentar o ruidoso exemplo, numa roda de amigas, dissera escarnia:
- Não lhe invejo a sorte. Casar com um morphético! Tem bom gosto.
(FERNANDES, Revista *Era Nova*, 01 maio 1922). (grifos nossos)

Ao retratar a personagem enquanto feminista, o autor a descreve com os termos “megera” e “agressiva”. Além de estar subentendido que ela também era “solteirona” no trecho: “no frescor dos seus 42 anos se fizera feminista”, visto que, nesse período se uma mulher com 42 não fosse casada, logo era tida como solteirona, um qualificativo que colocaria em suspeição sua opinião. Simone Costa (2015) afirma que assumir-se feminista, no início do século XX, era estar preparada para todos os embates, saber se defender de todas as palavras e manifestações antifeministas e preconceituosas que incidiam sobre aquelas, que se colocavam publicamente em prol dos direitos das mulheres. Era não se importar com os estereótipos de “mulher homem”, homossexual, feia, revoltada, solteirona, fracassada, inimiga dos homens e outras tantas denominações que elas eram obrigadas a carregar. Revistas e jornais da época buscavam ridicularizar as feministas publicamente através de discursos, charges, piadas, chacotas e outros métodos, com o propósito de desmoralizar o movimento.

À primeira vista esta maneira de representar as mulheres empenhadas na luta por direitos parece inofensiva, dado que visava apenas divertir o público leitor. Porém, na verdade, o uso da comicidade na abordagem de suas reivindicações tende a difundir uma imagem de falta de seriedade das preocupações femininas, ao contrário das masculinas. Fazendo com que suas exigências não fossem levadas a sério, sendo vistas como irrelevantes. Rachel Soihet (2001) ao fazer uma análise da utilização da zombaria como instrumento de descrédito das lutas das mulheres pela emancipação através de periódicos que circulavam no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX, afirma que:

Trata-se da utilização do deboche, da zombaria como forma de constranger mulheres, que lutaram por direitos, buscando frear quaisquer alterações nas relações de gênero, aprisionando-as em papéis que lhes impossibilitassem o exercício de plena cidadania. À primeira vista, visava-se apenas divertir o público leitor, depreende-se, porém, dessa atitude forte conservadorismo, revelador do receio da perda do predomínio masculino nas relações de poder entre os gêneros. (SOIHET, 2001, p. 1).

O constrangimento dessas mulheres pela imprensa revela a forte onda de conservadorismo que buscava barrar as transformações no comportamento dessas mulheres. A propósito, a zombaria não era a única característica presente nesses discursos, esse antifeminismo se caracterizava de outras maneiras, sendo que normalmente eles seguiam um padrão muito similar, marcados por argumentos acerca das aptidões “naturais” dos sexos, pela defesa da feminilidade, pela ordem natural das coisas, sendo comum aparecerem em nome da defesa da família e das crianças.

3.2 Pela “ordem natural dos seres” e suas justificativas:

A revista *Era Nova* possuía uma coluna chamada *Cartas de Mulher*, assinada pelo pseudônimo de Viôleta¹⁴, ela teve publicações frequentes durante os anos de circulação da revista. Em seus textos abordava temas relacionados ao “universo feminino”, opinando acerca de assuntos sobre comportamento e relacionamentos, no formato de carta para suas leitoras. Seus textos são marcados pelo uso da ironia tratando de temas diversos direcionados as mulheres, como casamento, marido, fidelidade, ciúmes, dança, moda, revelando opiniões, defendendo o recato feminino e os valores morais da época. Em uma de suas cartas “ela” resolve abordar o assunto feminismo, refletindo uma visão bem conservadora sobre:

No que pese ás conquistas do feminismo, eu sou radicalmente infensa à participação das mulheres na política, administrativa e econômica das sociedades modernas. A mulher tem o seu universo, que é o lar. Fôra dahi, a sua grande missão no mundo está desvirtuada. Admitto que ella vá até à escola e ahi modele o coração e forme a mentalidade das creanças.
[...] São, pois, dois mundos esses, o lar e a escola, abertos à mulher. (VIOI.ÊTA, Revista *Era Nova*, 01 setembro 1922).

“Ela” defende de forma enfática a sua oposição a presença das mulheres na política e em cargos que se acreditava pertencente ao universo masculino, revelando a dicotomia entre público/privado, masculino/feminino, característica marcante nos textos daqueles que se opunham a participação das mulheres na política, como se fossem campos opostos. Percebemos também que, nessa época, permanecia no imaginário comum a imagem da mulher como a “rainha do lar”, aquela que enquanto esposa e mãe, tem a família como prioridade, não se permitindo a extravagâncias, como participar da política, da administração e da economia das sociedades modernas. Esse tipo de representação feminina era bem difundida nesse período, sendo atribuída como algo natural.

Em vista disso, a única profissão feminina que era bem vista nesse período era o magistério, que era compreendida como uma continuação das atividades maternas. Acreditava-se que as mulheres tinham naturalmente aptidão para a maternidade, por isso, caso trabalhassem, seu ofício deveria estar de acordo com a sua natureza. Desse modo, se procurassem profissões que não estivessem de acordo com tais características, não

¹⁴ Sobre a sua autoria não há consenso sobre sua identidade, mas acredita-se que seja escrita por um escritor “desejoso de satirizar as discussões sobre o feminino que então se colocavam” (ABRANTES, 2000, p.70). Em seus artigos abusa dos discursos sobre as diferenças de gênero, escrevendo sobre aspectos relacionados ao que se considerava como “universo feminino”.

cumpririam bem sua função no mundo, a de mãe. No trecho seguinte “ela” procura justificativas científicas para embasar sua opinião:

Em que se baseam os inspiradores desse movimento socialista em favor da emancipação da mulher?

Que é que podem elles? Igualdade de direitos? Mas essa igualdade é absurda, porque não podem gosar dos mesmos direitos e regalias sêres anatomica e physiologicamente tão desiguaes, como o são homem e a mulher.

Um facto observado na longa série animal, é que os sêres do sexo masculino gosam sobre os do outro sexo de inteira superioridade sob quaesquer aspectos, phychico e moral.

Para admitir essa igualdade, tem que se fazer abstracção da ordem natural dos sêres e das gradações entre os sexos. (VIOLÊTA, Revista *Era Nova*, 01 setembro 1922).

É comum a utilização das diferenças anatômicas entre os sexos masculino e feminino para justificar os aspectos culturais dos seus comportamentos. O uso da biologia e do comportamento animal é apropriado como uma regra sobre as diferenças entre a fêmea e macho da espécie humana, difundindo uma visão de superioridade do macho e inferioridade da fêmea. Durante o século XIX, teorias sobre as diferenças biológicas entre os sexos se consolidaram, as diferenças genitais passaram a indicar as ocupações diversas para cada sexo: esfera privada para as mulheres e a pública para os homens. Essa “ordem natural” é usada como justificativa para a permanência de desigualdades, estabelecendo o lugar de inferioridade sobre o feminino. Essa seria a dinâmica da sociedade burguesa, sendo esses discursos legitimados através das diferentes instituições sociais:

Uma das imagens mais fortemente apropriadas, redefinidas e disseminadas pelo século XIX ocidental é aquela que estabelece uma associação profundamente íntima entre a mulher e a natureza, opondo-a ao homem identificado à cultura. Retomada por um “velho discurso” que tentava justificar as teorias e práticas liberais – que, embora comprometidas com o princípio da igualdade, negava às mulheres o acesso à cidadania, através da ênfase na diferença entre os sexos -, tal imagem seria revigorada a partir das “descobertas da medicina e da biologia, que ratificavam cientificamente a dicotomia: homens, cérebro, inteligência, razão lúcida, capacidade de decisão *versus* mulheres, coração, sensibilidade, sentimentos”. (ENGEL, 1997, p. 332).

Para além da utilização das diferenças biológicas para justificar a inaptidão das mulheres ao serviço público, os discursos de Violêta são marcados por uma visão misógina sobre as mulheres, caracterizando-as enquanto “objeto de luxo” e “adorno” para o homem, como no trecho a seguir:

Não vou até applaudir, nestas minhas considerações, as excentricidades desse genial escritor da moda, que é Nietzsche, quando elle faz ao homem a advertencia de que, indo ter ao convívio das mulheres, não se esqueçam do chicote!

Mas, que nós somos uma dourada fragilidade um adorno para o homem, um objecto de luxo e gozo, carissimo, ás vezes, ninguém m'ó contestará de boa fé.

E que só no lar as nossas virtudes, a nossa graça, o nosso encanto, tudo isso, um summa, que constitue o nosso immenso poder de seducção e belleza, encontra o seu ambiente natural, ninguém, também, m'ó há de contestar.

Tudo o mais é, pois, um perigo. A mulher só é verdadeiramente feliz quando diz “elle quer” e o homem quando diz: “eu quero”. (VIOLÊTA, Revista *Era Nova*, 01 setembro 1922).

Percebemos que ao citar Nietzsche, Violêta apesar de “não aplaudir” as considerações do autor, não as questiona, relevando o papel que ele concede as mulheres como um animal que precisa ser domado. Em seguida, ela afirma que o lugar feminino é enquanto um objeto de adorno para o homem, atribuindo o poder feminino à beleza e a sedução, reiterando-a como um ser que não deve pensar, mas apenas cumprir o papel que lhe foi confiado, obedecendo cegamente ao homem, seja ele o marido, o pai ou o irmão. Sem dúvida, muitas mulheres incorporaram esses discursos, não questionando essas atribuições. No entanto, ao nos depararmos com essas publicações, percebemos o incomodo que o feminismo causava, uma vez que, a presença do feminino em novos espaços, significaria perda do domínio masculino, desequilibrando o *status quo*.

3.3 O feminismo: uma ameaça á feminilidade:

A defesa da feminilidade aparece com frequência como argumento contra o feminismo, pois, para seus opositores, caso as mulheres comessem a participar das atividades ditas “masculinas”, elas perderiam a sua “essência”, sua identidade, e deixariam de ser alvo de admiração. Por exemplo, em um texto encontrado em meio às notas sociais na revista *Era Nova*, intitulado *A Decadência da Graça*, assinado por Leopoldo Péres, de maneira nostálgica, o autor faz uma reverência ao perfil de mulher que está deixando de existir, aquela “dos séculos de elegância”:

Uns conceitos exaltados sobre o feminismo, lidos alguns, numa revista inglesa, fizeram-me pensar, descontroladamente, em que esse culto amavel da mulher, que sempre foi, no outro tempo, o dos séculos de elegancia espirirual e poesia, um requinte de bellêsa e uma preocupação gentilissima dos homens, vae arrefecendo e está a morrer, nestes dias de duro utilitarismo, de tumulto e vertigem. [...] E é a mulher mesma cabe a culpa desta dolorosa e inecluctavel decadencia de sua graça. (PÉRES, Revista *Era Nova*, 01 julho 1923).

Ele via o feminismo como uma ameaça a “feminilidade” e a suposta “graça” presente nas mulheres. Percebemos no próprio título “a decadência da graça” sua oposição à participação feminina nas atividades atribuídas ao sexo masculino para que não percam as características que eram atribuídas ao sexo feminino, como graça, beleza e elegância. Esse culto à feminilidade aparece seguida por uma idealização feminina, culpabilizando-as por estarem deixando de ser o que, supostamente, deveriam ser. No fim do texto, ao concluir, o autor faz uma crítica as feministas:

Ó, os feministas! Como a vida defluidria deserta de anseios e alegrias, feia e triste, se as mulheres perdessem, de todo, o encanto enlanguescendo de sua fragilidade e o perturbante fascínio de seu mysterio. (PÉRES, Revista *Era Nova*, 01 julho 1923).

O feminismo é percebido como uma ameaça à feminilidade, colocando em risco as características que os homens admiram nas mulheres como a fragilidade, o mistério, a graça, a elegância e a beleza. Deste modo, o argumento parte de que, quando elas perdem sua feminilidade os homens deixam de desejar-las, e assim, deixam de ter um atrativo. Rachel Soihet (2005), ao fazer uma análise sobre as caricaturas que circulavam sobre as feministas na imprensa no início do século XX, discute sobre a importância atribuída a beleza feminina e como procuravam projetar uma imagem de feiura às militantes, para que as mulheres não se identificassem com elas:

Também é recorrente a preocupação em acentuar o caráter imprescindível da beleza para as mulheres. A ausência desse atributo representa um pesado ônus, já que, infalivelmente serão rejeitadas pelos homens. E as feministas são objeto de grosseiras caricaturas em que acentuavam o traço, deformando-lhes o corpo, buscando representá-las como espécimes de extrema feiúra. (SOIHET, 2005, p. 326).

A representação das feministas como antagonistas à beleza e a feminilidade, atributos indispensáveis para as mulheres, perpetuava uma imagem de repulsa às militantes feministas e às suas causas. As caricaturas masculinizadas que circulavam na imprensa sobre elas contribuíram nesse processo, reforçando a ideia de que aquelas que defendiam a emancipação feminina eram mulheres másculas e feias, que, por não serem bonitas, guardavam rancor dos homens que não as queriam e, por isso, tornavam-se suas antagonistas, disputando com eles o espaço.

Citada ao longo do texto, a professora Analice Caldas tinha uma coluna permanente na revista *Era Nova* chamada *Coluna de Mille*. Analice Caldas, cujo intuito era entrevistar

figuras consideradas ilustres da sociedade paraibana, com perguntas em que os entrevistados expressavam sua opinião sobre: O que é felicidade? Qualidades que prefere no homem? Qualidades que prefere na mulher? O que pensa do *flirt*? As respostas são diretas, cabendo em uma frase. Essas perguntas se repetem em todas as entrevistas, e em cada edição, um convidado diferente é entrevistado. E no final ela pergunta: Que juízo faz desse álbum? Assim o entrevistado falava o que pensava sobre a sua coluna. Entre essas perguntas, a que nos chama a atenção é a: “O que pensa do feminismo?” assim seus convidados falavam sobre o que pensavam do movimento e de suas militantes.

Entre os seus entrevistados, encontramos alguns que viam o feminismo de maneira positiva, no entanto, na maioria, suas impressões sobre o movimento assumem uma postura de receio e oposição. Por exemplo, na entrevista com Castro Pinto, publicada no dia 15 de maio de 1925, este responde que o feminismo é “Uma aberração quando exagerado”. Ele parte uma visão comum sobre o movimento, como algo que deveria ser controlado, pois quando exagerado seria um problema. Normalmente viam como exageradas as militantes americanas e inglesas, que tinham o estigma de virilizadas, radicais, violentas e exageradas por terem métodos considerados “ortodoxos”, como as passeatas e manifestações. Em outra entrevista, concedida por Diógenes Caldas, publicada em 27 de março de 1924, ele pensa o feminismo enquanto “Estufa que mal regulada cresta a flôr dos sentimentos femininos”. Acreditamos que ao se referir aos sentimentos femininos, ele fale do que se esperava culturalmente que as mulheres sentissem, ou seja, os sentimentos que eram considerados femininos, como a bondade, a delicadeza, o amor, a gentileza, a compaixão, pois, acreditava-se que as mulheres que não condiziam com tais características eram consideradas não femininas, ou anormais, por não fazerem parte do padrão de feminilidade que se esperava.

Na entrevista á João da Matta Correia Lima, publicada em 01 de maio de 1925, ele responde que pensava o feminismo enquanto “Uma aspiração de que talvez haja de arreponder-se a mulher”. Nessas primeiras décadas do século XX, o feminismo ainda era um movimento incipiente, na sua maioria, era formado por mulheres da classe média e alta, por isso, ainda era visto como uma novidade, que estava na moda, mas não se imaginava que teria tanta longevidade. O arrependimento que o entrevistado esperava não aconteceu, uma vez que, com o tempo o movimento feminista foi se aprimorando e conquistando mais adeptas.

Durante a leitura das publicações da coluna de Analice Caldas, encontramos apenas uma mulher entrevistada, chamada Alice Monteiro, na publicação de 15 de novembro de 1923, quando perguntada sobre o que pensava sobre o feminismo ela responde: “Rouba alguns atrativos à mulher”. É comum encontramos na imprensa mulheres que não se

identificavam com o movimento feminista, em parte, isso se deve ao estigma negativo que recaía sobre suas militantes e, também, pelo contexto em que vivia, ao aprender que determinados comportamentos atribuídos à feminilidade eram imprescindíveis, e caso as mulheres rompessem com esses padrões seria preteridas entre os seus.

3.4 Eudésia Vieira e a defesa dos “deveres inerentes ao seu sexo”:

A presença das mulheres na imprensa nesse período, ainda era uma novidade, por isso, encontramos alguns nomes que se tornaram emblemáticos, pelo lugar de vanguarda que assumem. O texto assinado pela professora e futura médica Eudésia Vieira¹⁵, publicado em 1922, na revista *Era Nova*, é um marco, quando nos referimos ao destaque que lhe foi dado em sua publicação, intitulado *A Mulher*, o texto aparece em duas páginas, com o nome da autora em destaque, próximo ao título, respaldo que poucos recebiam. Nele, ela faz uma categorização sobre os diferentes tipos de mulheres na sociedade, fazendo alusão ao texto bíblico do *Gênese*, sobre a criação do homem e da mulher. Para ela a criação da mulher é “o ponto afirmativo na natureza”, sendo criada enquanto a companheira do homem. No entanto, o homem com o passar do tempo submeteu a mulher a condição de escrava, esquecendo que ela foi criada para ser sua companheira e por isso dando motivos para que surgisse o feminismo:

O homem esqueceu que a mulher fora destinada a ser sua companheira, tornou-a sua escrava. Elle podia commeter muitas faltas, a menor leviandade por ella praticada merecia o castigo de Tantaló. A mulher permaneceu submissa. Mal remunerada nos seus esforços, mal comprehendida nas suas aspirações, mal satisfeita nos seus affectos, foi perdendo aquella docilidade e timidez de character sua divisa em outros tempos, e cançada de soffrer foi procurando libertar do dominio do homem a quem ambicionava não como senhor mas como amigo e companheiro, na posição primitiva que o bom Deus os collocára. E uma noite de lagrimas suffocadas teve como aurora um cohesão de sentimentos revoltados que recebeu o estrategico nome de – feminismo! (VIEIRA, Revista *Era Nova*, 15 abr. 1922).

É interessante como a autora utiliza o texto bíblico, partindo de uma experiência feminina na criação, apesar de Eudésia Vieira defender que a mulher foi criada para o homem, ela faz uma crítica ao comportamento masculino e as injustiças sofridas pelas mulheres ao

¹⁵ Eudésia Vieira nasceu em 1894, na cidade de Livramento-PB, filha de uma família de classe média, foi criada sobre uma rígida formação religiosa. Formou-se professora em 1911. Tendo publicado onze anos depois seu primeiro livro: *Pontos da História do Brasil*, que era didático e foi adotado pelas escolas públicas da época. Sua primeira publicação na imprensa foi através de um poema no jornal A União em 1908. (ABRANTES, 2010)

longo do tempo. Percebe-se que a autora vê o feminismo como uma “coesão de sentimentos revoltados”, originária de uma má conduta e opressão por parte dos homens. Nesse sentido, Eudésia Vieira considera o feminismo enquanto um movimento justificável e que merece atenção, porém com ressalvas, sendo comum nesse período as mulheres mencionarem o feminismo com temor e desconfiança, defendendo somente até certo ponto, como por exemplo, em relação às sufragistas ela fala que:

Temos a suffragista: sempre uma revoltada que procura abafar seus padecimentos querendo não ser a companheira do homem, mas rival ou mesmo antagonista. Merece também compaixão. Foi a infelicidade que a impeliu à extravagancia de proceder, para des`tarte abafar um soffrimento latente. (VIEIRA, Revista *Era Nova*, 15 abr. 1922).

Percebemos que quando se trata particularmente da sufragista, ela a vê enquanto uma revoltada, que não quer ser companheira, mas antagonista do homem, porém, que merece compaixão. Ela deixa claro que o comportamento da sufragista é repreensível, no entanto revela um sofrimento latente. Sua visão parte de uma perspectiva tradicional dos papéis sexuais de homens e mulheres, sendo o homem o ser político e a mulher, que, enquanto sua companheira, não deve ocupar esse espaço, permanecendo dependente dele. No fim do texto Eudésia Vieira faz um perfil da “mulher ideal”:

Cultivam a literatura, praticam a equitação, occupam-se dos problemas sociaes, interessam-se pelo progresso das sciencias e das artes, discutem assumptos religiosos e politicos, sem olvidar os outros deveres inherentes ao seu sexo. Em constituindo familia, addicionam às suas praticas primitivas o desempenho da economia e medicina domestica, dando à patria filhos robustos, cidadãos prestimosos, cuidando ainda em augmentar honrosamente o patrimonio dos posteros. É a mulher independente, sempre alvejada pela maledicencia dos invejosos. (VIEIRA, Revista *Era Nova*, 15 abr. 1922).

A “mulher independente” descrita por Eudésia Vieira seria aquela que deveria se interessar por política, mas não deveria participar dela, devendo se preocupar com esses assuntos apenas para serem boas mães e criarem “cidadãos prestimosos”. Poderia trabalhar, porém priorizando a maternidade enquanto auge da vida feminina, reproduzindo e interiorizando os discursos masculinos sobre como deveria agir as mulheres. Lembrando que seu discurso é importante na construção das subjetividades das leitoras, enquanto regulador do comportamento delas, pois, Eudésia Vieira compunha um exemplo de mulher que não foge dos “deveres inerente ao seu sexo”, motivando outras mulheres a seguirem seu exemplo.

Apesar do conservadorismo em algumas questões, Eudésia Vieira, não diferente de outras mulheres de sua época, defendia um novo papel social feminino, como formadora de cidadãs e cidadãos, que, aliás, buscavam promover a ascensão da autoridade das mulheres, que passam a possuir uma função essencial para o desenvolvimento da nação, conferindo-lhes poder diante dos homens. Posteriormente, este discurso sobre a “natureza feminina”, que circunscreveu a mulher ao espaço doméstico, foi ressignificado por parte das mulheres e utilizado para fundamentar sua atuação em atividades públicas que estariam em acordo com esta “natureza”, como, por exemplo, a enfermagem, o magistério e a medicina (em relação à pediatria e a obstetrícia, por exemplo).

Alômia Abrantes (2010), afirma que seu estilo imprime marcas de suas percepções sobre o feminino e a relação entre este e o masculino, tendo sua escrita modelada pelos ruídos de vários discursos que então se faziam ouvir e que tinham na imprensa seu “aparelho de encarnação”. Ao retomar Virgínia Woolf e a concepção do “Anjo da Casa”¹⁶, Abrantes (2010) discute sobre o aparecimento das mulheres na imprensa e o cuidado que elas tinham quando expressavam suas opiniões, agindo de maneira cautelosa, buscando agradar seus interlocutores. Visto que, apesar de assumirem um tom conservador em algumas questões, suas atitudes refletem o contexto histórico que faziam parte, seus discursos articulam estratégias de sobrevivência em um território dominado por homens.

Lembra-nos Rachel Soihet (2013), ao retomar os estudos de Pierre Bourdieu, que a incorporação desses discursos por parte das mulheres e a “difusão” do antifeminismo por elas se deve a dominação simbólica, na qual os dominados, no caso as mulheres, incorporam as estruturas segundo as quais os dominantes as percebem. E também, que segundo o mesmo, a dominação não se constitui, em um ato da consciência, suscetível de ser compreendido dentro de uma lógica das limitações ou dentro da do consentimento, alternativa “cartesiana” que só existe quando a gente se situa dentro da lógica da consciência. Pois muito razoavelmente, há coisas sobre as quais a consciência não tem controle, porque elas estão fora do corpo, das disposições corporais e, que, o problema reside em saber que tipo de ação é possível, afirmando que a tomada de consciência é então indispensável para desencadear o processo de transformação e para assegurar seus resultados, mas não é suficiente. Sendo preciso transformar profundamente as disposições adquiridas por uma espécie de reeducação, aquela

¹⁶ “O Anjo da Casa” assume o sentido de uma imagem de “mulher-anjo-fantasma”, apresentada como uma espécie de consciência presente nas mulheres, que regulava sua forma de pensar e de agir, sendo uma personificação dos ideais femininos instituídos que eram interiorizados. Um autogoverno que aparecia quando as mulheres escreviam, limitando seus pensamentos por estarem preocupadas com o que pensariam sobre elas, esse “anjo” seria a voz da consciência, dizendo que antes de tudo uma mulher deveria agradar, ser terna, compassiva, encantadora, não tendo vontade própria.

que é necessária para perder um mau costume, sendo preciso, portanto, mudar a ordem simbólica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Durante a análise das publicações da revista *Era Nova*, percebemos o incomodo causado pelas transformações que viam acontecendo no comportamento feminino, dessa forma, diferentes camadas de discursos foram construídas através da imprensa, que procuravam estabelecer “o lugar da mulher”, que condizia com os diferentes discursos difundidos pelas instituições de poder. Segundo Pinsky (2012), procuravam por meio de normas, as condutas femininas, demarcar o “lugar da mulher” e definir claramente que tipo de mulher seria alvo do respeito social.

A imprensa, como caixa de ressonância, dedicava-se a descrever os contornos desta nova mulher, a “mulher ideal” do novo século, difundindo e definindo as imagens femininas que eram aceitas e bem vistas, desse modo, aquelas que não condiziam com os padrões ideais femininos, era alvo de repreensões. As feministas estavam entre elas, eram fortemente criticadas por suas condutas e ideais, dessa maneira, foram sendo construídas imagens sobre elas que provocassem rejeição, até mesmo por aquelas que se identificassem com alguma das reivindicações do movimento.

As imagens que circulavam nesse período era a da dicotomia homem/mulher, público/privado, razão/emoção, elas estavam constantemente presentes na imprensa, sendo essas diferenças definidas como naturais. As representações masculinas e femininas construídas nesses discursos não só consolidam diferenças como continham hierarquias. São imagens de poder que explicitam visões mais voltadas para o “deve ser” do que para o “ser”. Num processo de construção das representações de gênero regido por uma dinâmica de relações de dominação e exclusão (MATOS, 2003).

Em vista disso, definir esses discursos como parte de uma violência simbólica nos ajuda a compreender como foram estabelecidas essas desigualdades, sendo elas percebidas como algo natural e irreduzível. Por isso, aquelas (es) que procuravam questionar esses valores, eram alvo de estereótipos e ridicularizações, com intuito de desmoralizar suas questões. O movimento feminista que se configura no início do século XX, apesar das suas limitações, procurava quebrar algumas das barreiras que excluía as mulheres do poder de decidir sobre quem eram e o que poderiam ser. No entanto, por causa dos estigmas que lhe foram atribuídos, poucas mulheres se intitulavam enquanto feministas, porém, isso não

diminui a importância da atuação daquelas que procuraram se estabelecerem nos espaços que até então lhes eram negados por causa do seu gênero, mesmo sem serem assim nomeadas.

Ao longo da trajetória do movimento feminista, suas militantes foram caracterizadas por imagens que as ridicularizavam e colocavam em questionamento sua reputação. Infelizmente, ainda hoje essas imagens e estereótipos sobre elas se perpetuam, sendo responsáveis em construir um estigma negativo sobre essas mulheres e suas demandas. Apesar de algumas discussões feministas estarem se popularizando e ganhando espaço em diferentes mídias, como a internet, os discursos antifeministas também se disseminam por essas mídias, vinculando as feministas às imagens pejorativas e colocando-as no lugar do ridículo e do grotesco. Fazendo com que muitas mulheres tenham resistência ao feminismo e reproduzam preconceitos, isso é preocupante no momento crítico em que vivemos onde os direitos das mulheres estão sendo desrespeitados e sofrendo retrocessos.

SHREWISH, AGGRESSIVE AND REVOLTED:

An analysis of anti-feminist discourses in the Paraíba press in the 1920s

ABSTRACT

Throughout the trajectory of feminism different stereotypes were built about the movement and its militants, based on pejorative representations that participated in the elaboration of stigmas about these women and their ideals. At the beginning of the 20th century in Brazil, we found a still incipient feminist movement, which appeared commonly in defense of the vote, work outside the home and an egalitarian education. While these women fought for rights, different discourses were built upon them in an attempt to disqualify them. Therefore, we try to analyze how these discourses assume meanings, having as source the written press, which was the main means of communication of the time, being great diffuser of ideas and opinion maker. Through a reading of the literary and news magazine, *Era Nova* (1921-1926), published in Paraíba, we tried to analyze the anti-feminist discourses that were then configured, realizing how these discourses were manifested as form of symbolic violence. In order to do so, we search to establish a dialogue between the history of women and the gender perspective as a historical construct, taking paths inspired by cultural history.

Keywords: Women. Feminism. Press. Symbolic Violence.

REFERÊNCIAS:

Fontes impressas:

Revista Era Nova – 1921 a 1925.

Bibliografia:

ABRANTES, Alômia. Escritas e Inscritas: mulheres na imprensa dos anos 1920. In: ABRANTES, Alômia; SANTOS NETO, Martinho G.(Orgs.) **Outras Histórias: Cultura e Poder na Paraíba (1889-1930)**. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2010, pp. 89-113.

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. **História: A arte de inventar o passado**. Ensaios de teoria da História. Bauru: Edusc, 2007.

ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega; MENESES, Joedna Reis de. Tessituras da modernidade. In: ABRANTES, Alômia; SANTOS NETO, Martinho G.(Orgs.) **Outras Histórias: Cultura e Poder na Paraíba (1889-1930)**. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2010, pp. 11-38.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. Urbanidade, Modernidade e Cotidiano na Parahyba do início do século XX. In: ABRANTES, Alômia; SANTOS NETO, Martinho G.(Orgs.) **Outras Histórias: Cultura e Poder na Paraíba (1889-1930)**. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2010, pp. 39-65.

COSTA, Simone da Silva. **Feminismo e Igreja Católica: uma análise sobre a elaboração e práticas discursivas na Paraíba (1910-40)**. Recife, Tese de Doutorado, PPGH-UFPE, 2015.

ENGEL, Magali. Psiquiatria e feminilidade. In: DEL PRIORE, Mary (org.) & BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 1997, pp. 322-356.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História & Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HAHNER, June H. **Emancipação do Sexo Feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil (1850-1940)**. Florianópolis: Editora Mulheres: Ediunisc, 2003.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (Org.). **Fontes Históricas**. 3. Ed. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

MARTINS, Ana Luiza. Da fantasia à História: folheando páginas revisteiras. **Revista História**, 2003, vol. 22, n. 1, pp. 59-79. ISSN: 0101-9074.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico. In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel (orgs.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003, pp. 107-127.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & Historia Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2012, pp. 469-512.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloísa Buarque de; SZWAKO, José (orgs.). **Diferenças, Igualdade**. São Paulo: Berlendis e Vertecchia, 2009, pp. 116-148.

SILVA, Alômia Abrantes da. **As escritas femininas e os femininos inscritos: imagens de mulheres na imprensa paraibana dos anos 20**. Recife, Dissertação de Mestrado, PPGH-UFPE, 2000.

SILVA, Alômia Abrantes da (Orientadora); SOUZA, Vitória Diniz (bolsista). **Que elas querem?": Discursos sobre o Feminismo na Paraíba do início do século XX (1910-20)**. Projeto de Pesquisa. Programa de Iniciação Científica, Cota: 2016/2017, UEPB/CNPq. Guarabira, 2016, 23 páginas.

SKINNER, Quentin. **Hobbes e a teoria clássica do riso**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002.

SOIHET, Rachel. A Conquista do Espaço Público. In: PINSKY, Carla B; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2012, pp. 218-237.

_____. Cem anos de violência simbólica. Saberes masculinos e representações femininas (1850-1950) In: _____. **Feminismos e antifeminismos: Mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013, pp. 17-53.

_____. Corpo feminino e formas de violência: discursos e práticas. In: SWAIN, Tania Navarro; MUNIZ, Diva do Couto Contijo (Orgs.). **Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas**. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005, pp. 305-336.

_____. Mulheres investindo contra o feminismo: resguardando privilégios ou manifestação de violência simbólica? In: _____. **Feminismos e antifeminismos: Mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013, pp. 191-210.

_____. Sutileza, Ironia e zombaria: instrumentos no descrédito das lutas das mulheres pela emancipação. **Revista Saúde, Sexo e Educação**, n.25, 2001.